



Deu mal para o deputado Clécio Alves. A justiça deu o primeiro freio

A Justiça de Goiás proferiu uma decisão relevante envolvendo o Prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, e o Deputado Estadual Clécio Alves, estabelecendo limites claros entre crítica política legítima e ataques pessoais que ferem direitos fundamentais assegurados pela Constituição brasileira. O caso ganhou destaque após o Judiciário reconhecer que declarações feitas pelo parlamentar ultrapassaram os limites da liberdade de expressão, atingindo diretamente a honra e a reputação do prefeito, o que motivou medidas judiciais firmes e imediatas. **p2**

UTOPIA

Quando um comunista afirma estar ajudando alguém, na verdade estaria colocando uma corda em seu pescoço **p4**



SUPREMO

Nem Hitler, Mussolini e Stalin tiveram tanto poder quanto o ministro Alexandre de Moraes no Brasil **p8**



SAÚDE PÚBLICA

O deputado Bruno Peixoto, presidente da ALEGO, destina R\$ 500 mil para a saúde de Caldas Novas **p7**



Deu mal para o deputado Clécio Alves. A justiça deu o primeiro freio

Reprodução

A Justiça de Goiás proferiu uma decisão relevante envolvendo o Prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, e o Deputado Estadual Clécio Alves, estabelecendo limites claros entre crítica política legítima e ataques pessoais que ferem direitos fundamentais assegurados pela Constituição brasileira.

O caso ganhou destaque após o Judiciário reconhecer que declarações feitas pelo parlamentar ultrapassaram os limites da liberdade de expressão, atingindo diretamente a honra e a reputação do prefeito, o que motivou medidas judiciais firmes e imediatas.

Segundo a decisão, o exercício do mandato parlamentar não pode ser utilizado como instrumento de ataque pessoal, nem como justificativa para acusações sem provas, xingamentos ou tentativas de descreribilizar adversários políticos por meio de linguagem ofensiva e depreciativa.

A Justiça destacou que termos utilizados pelo deputado, como "canalha", "vagabundo", "malandro", "bandido" e "mau-caráter", extrapolam o campo da crítica política e entram no território de agressão direta à imagem pública do gestor municipal.

Além das ofensas, a associação dessas expressões a acusações de corrupção sem comprovação foi considerada especialmente grave, pois contribuiu para a construção de uma narrativa que compromete a reputação pública e a credibilidade institucional do prefeito.

Diante disso, o Judiciário determinou que o deputado retire, no prazo de 24 horas, todas as publicações consideradas ofensivas, sob pena de multa diária no valor de dez mil reais, limitada ao período máximo de trinta dias.

A decisão também estabele-



leceu a obrigação de preservar todos os conteúdos relacionados ao caso, incluindo metadados, registros de impulsionamento em redes sociais e documentos oficiais da Assembleia Legislativa, garantindo a integridade das provas.

Esse ponto é considerado fundamental, pois assegura que o processo tenha respaldo técnico e documental, permitindo uma análise completa da extensão dos danos causados pelas declarações e do alcance das publicações realizadas pelo parlamentar.

A atuação do advogado Rannieri Lopes foi destacada como decisiva para o desfecho do caso, sendo responsável por reunir provas robustas, incluindo vídeos,

documentos e fundamentação jurídica consistente apresentada ao Poder Judiciário.

O trabalho jurídico demonstrou que não se tratava de crítica política comum, mas sim de uma campanha reiterada de ataques direcionados à imagem do prefeito, com potencial de causar prejuízos políticos e institucionais significativos.

Um dos principais méritos da defesa foi a construção de uma linha argumentativa clara, separando o direito à fiscalização parlamentar da prática de agressões pessoais, algo essencial para a interpretação correta do caso pelo Judiciário.

A decisão reforça que a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas

não absoluto, especialmente quando utilizada para imputar crimes sem provas ou promover ataques que ultrapassam os limites do debate democrático saudável.

Outro ponto importante destacado foi a distinção entre imunidade parlamentar e impunidade, deixando claro que o mandato não oferece proteção para práticas que violem direitos individuais ou comprometam a dignidade de terceiros.

O entendimento da Justiça evidencia que a atividade política deve ser exercida com responsabilidade, respeito e compromisso com a verdade, evitando o uso de discursos ofensivos como ferramenta de disputa ou promoção pessoal.

A decisão também serve como alerta para outros agentes públicos, mostrando que o uso indevido das redes sociais e da tribuna parlamentar pode resultar em consequências jurídicas relevantes e penalidades financeiras expressivas.

Ao estabelecer limites claros, o Judiciário contribui para o fortalecimento das instituições democráticas, promovendo um ambiente político mais equilibrado, onde críticas são permitidas, mas abusos são devidamente responsabilizados.

O caso reforça a importância do papel do Judiciário como mediador de conflitos políticos, garantindo que direitos fundamentais sejam preservados mesmo em contextos de forte polarização e disputas acirradas entre figuras públicas.

Além disso, a decisão evidencia a necessidade de profissionalismo na atuação política, incentivando o debate baseado em propostas, dados e argumentos, em vez de ataques pessoais que empobrecem o diálogo público.

Para especialistas, o episódio marca um precedente importante no estado de Goiás, podendo influenciar futuras decisões envolvendo conflitos entre liberdade de expressão e proteção à honra no ambiente político e digital.

A determinação judicial representa, portanto, um marco na defesa da integridade da vida pública, reafirmando que ninguém está acima da lei, independentemente do cargo ocupado ou da função exercida dentro do sistema político.

Com isso, o caso se consolida como exemplo de que a Justiça pode atuar de forma firme para conter abusos, garantindo equilíbrio entre direitos e deveres no exercício da atividade política, especialmente em tempos de intensa exposição digital.

Fusex falta quase tudo o fundo de saúde do exercito brasileiro

Reprodução



A relação entre militares e governo no Brasil tem sido marcada por tensões crescentes nos últimos anos, refletindo divergências ideológicas e institucionais. Dentro desse cenário, surgem críticas contundentes sobre políticas públicas e gestão de recursos destinados às forças armadas, especialmente no que diz respeito à assistência médica.

Entre as principais reclamações, destaca-se a dificuldade de acesso a serviços de saúde por militares, mesmo com descontos regulares em seus salários. Esse problema tem gerado insatisfação entre membros da ativa e da reserva, que relatam atrasos e obstáculos no agendamento de consultas.

A percepção de abandono institucional reforça o sentimento de desvalorização entre militares, que esperam maior atenção do governo federal. Para muitos, a situação atual evidencia falhas administrativas e levanta questionamentos sobre a destinação correta dos recursos arrecadados para o sistema de saúde militar.

Além das críticas administrativas, há também um forte componente ideológico

no discurso de parte dos militares. Muitos enxergam partidos de esquerda como historicamente contrários aos valores das forças armadas, alimentando uma narrativa de antagonismo político que se intensifica com o tempo.

Essa visão aponta que governos alinhados à esquerda tenderiam a enfraquecer instituições militares, seja por meio de políticas públicas ou discursos. Para esses críticos, há uma incompatibilidade entre os princípios militares e determinadas correntes ideológicas presentes no cenário político nacional.

Outro ponto frequentemente levantado diz respeito à valorização profissional dentro das forças armadas. Comparações salariais com outras categorias, como policiais militares estaduais, são usadas como exemplo de uma suposta perda de prestígio e reconhecimento ao longo dos anos.

Alguns discursos situam a origem dessas questões em períodos anteriores, apontando decisões políticas históricas como responsáveis por mudanças estruturais nas forças armadas. Essas interpretações

reforçam a ideia de que o cenário atual é resultado de um processo contínuo e acumulativo.

Dentro dessa perspectiva, há também uma defesa enérgica de valores tradicionais, como hierarquia, disciplina e ordem. Esses princípios são considerados pilares fundamentais da identidade militar e frequentemente contrastados com visões mais progressistas da sociedade contemporânea.

A crítica se estende ainda a transformações culturais e sociais, especialmente no que diz respeito à família. Para muitos militares, a família é vista como base essencial da sociedade, sendo responsável pela formação moral e pela transmissão de valores fundamentais.

Nesse contexto, mudanças nos padrões familiares e comportamentais são interpretadas por alguns como sinais de enfraquecimento social. Há preocupações sobre os impactos dessas transformações na coesão social e na formação das futuras gerações.

A defesa da família como núcleo estruturante também aparece associada à crítica de políticas públicas relacionadas a temas como educação, com-

portamento e direitos individuais. Essas discussões revelam um embate mais amplo entre diferentes visões de sociedade.

Ao longo da história, diversos líderes militares destacaram a importância da família na construção de nações fortes. Essas ideias reforçam a percepção de que a estabilidade social depende diretamente da solidez das relações familiares.

George Washington, por exemplo, ressaltava que a felicidade e a estabilidade da sociedade estão profundamente ligadas à formação moral adquirida dentro da família. Essa visão enfatiza o papel central do lar na construção de cidadãos responsáveis.

Napoleão Bonaparte também defendia que uma sociedade sem famílias fortes seria comparável a um exército sem disciplina. Essa analogia ilustra a importância atribuída à estrutura familiar como base para organização e ordem social.

Douglas MacArthur ampliava essa ideia ao afirmar que o dever do soldado começa em casa, destacando a responsabilidade com a família como parte essencial da vida militar. Essa visão integra va-

lores pessoais e profissionais.

Dwight D. Eisenhower reforçava que uma nação só pode sustentar suas forças armadas se proteger suas famílias. Essa perspectiva evidencia a interdependência entre estabilidade social e capacidade de defesa nacional.

Outros líderes, como Bernard Montgomery e George S. Patton, também destacaram a relação entre moral familiar e desempenho militar. Para eles, a motivação dos soldados está diretamente ligada aos vínculos afetivos e aos valores cultivados em casa.

No Brasil, figuras históricas como o Duque de Caxias reforçaram a importância da disciplina e da família como fundamentos das forças armadas. Essas ideias continuam influenciando o pensamento de muitos militares até os dias atuais.

Dessa forma, o debate atual envolvendo militares, governo e sociedade vai além de questões administrativas. Ele reflete um confronto de valores, visões de mundo e interpretações sobre o papel das instituições na construção do futuro do país.

Quando um comunista afirma estar ajudando alguém, na verdade estaria colocando uma corda em seu pescoço, ao afirmar que o cidadão precisa do estado para sobreviver

Reprodução

O debate entre capitalismo e socialismo continua sendo um dos temas mais discutidos na política e na economia global. Cada sistema apresenta promessas distintas sobre prosperidade, igualdade e organização social, influenciando diretamente a forma como indivíduos vivem, trabalham e constroem suas perspectivas de futuro.

Uma crítica frequente ao socialismo e ao comunismo é a ideia de que esses sistemas podem reduzir o incentivo individual ao progresso. Argumenta-se que, ao priorizar a distribuição de recursos, diminui-se a motivação para buscar crescimento pessoal e financeiro por meio do esforço próprio.

Nesse contexto, defensores do capitalismo sustentam que o sistema recompensa aqueles que se dedicam mais, permitindo ascensão econômica. A lógica central está na meritocracia, onde trabalho intenso e inovação podem resultar em riqueza, patrimônio e melhores condições de vida ao longo do tempo.

Por outro lado, o socialismo propõe uma reorganização da sociedade baseada na redução das desigualdades. Seu foco principal está em garantir que todos tenham acesso a recursos básicos, independentemente de sua posição econômica, promovendo uma distribuição mais equilibrada da riqueza produzida coletivamente.

Entre os princípios fundamentais do socialismo está a busca por igualdade social. Isso significa reduzir diferenças econômicas significativas e ampliar oportunidades para todos, especialmente para aqueles historicamente marginalizados dentro das estruturas tradicionais de mercado e produção.

Outro aspecto central é a propriedade coletiva ou estatal dos meios de produção. Em vez de empresas privadas controlarem fábricas e recursos, o controle é exercido



pelo Estado ou pela sociedade, com o objetivo de direcionar a produção conforme necessidades coletivas.

A economia planificada também caracteriza sistemas socialistas. Nesse modelo, o Estado define o que será produzido, em quais quantidades e a que preços, buscando evitar excessos, escassez e crises típicas de mercados desregulados baseados apenas na oferta e demanda.

O bem-estar social é outro pilar importante. Governos socialistas frequentemente assumem a responsabilidade de fornecer serviços essenciais, como saúde, educação e moradia, com a intenção de garantir dignidade mínima para toda a população, independentemente de renda individual.

Além disso, há a proposta de eliminação das classes sociais. O objetivo é extinguir a divisão entre ricos e pobres, criando uma sociedade mais homogênea em termos econômicos, onde diferenças extremas de riqueza deixem de

existir como fator estrutural.

Historicamente, o socialismo se desenvolveu em diferentes correntes. O socialismo utópico foi um dos primeiros, propondo comunidades ideais baseadas na cooperação, ainda sem uma análise aprofundada das estruturas econômicas que sustentavam as desigualdades da época.

Posteriormente, surgiu o socialismo científico, associado a Karl Marx. Essa vertente analisa criticamente o capitalismo e propõe a revolução do proletariado como caminho para a construção de uma sociedade socialista, evoluindo futuramente para o comunismo pleno.

Outra vertente é o socialismo de Estado, no qual o governo centraliza o controle político e econômico. Esse modelo foi adotado em países como a antiga União Soviética e influenciou diversas experiências socialistas ao longo do século XX.

Atualmente, poucos países se declaram oficialmente socialistas ou comunistas. Entre eles estão China, Cuba,

Vietnã, Coreia do Norte e Laos, cada um com adaptações próprias do modelo, muitas vezes incorporando elementos de mercado em suas economias.

A China, por exemplo, combina planejamento estatal com práticas de mercado, sendo frequentemente descrita como um modelo híbrido. Já Cuba mantém um sistema mais tradicional, com forte presença estatal na economia e nos serviços públicos.

A Coreia do Norte repre-

senta um modelo altamente centralizado e fechado, enquanto Vietnã e Laos adotam reformas econômicas que permitem maior participação do mercado, mantendo, contudo, a estrutura política sob controle de partidos únicos.

Em contraste, a grande maioria dos países do mundo opera sob sistemas capitalistas. Nesse modelo, a propriedade privada é um elemento central, permitindo que indivíduos e empresas controlem recursos e meios de produção com relativa liberdade.

A economia de mercado é outro ponto-chave do capitalismo. Os preços e a produção são determinados pela interação entre oferta e demanda, criando um ambiente competitivo onde empresas buscam eficiência e inovação para se destacar.

O capitalismo também se caracteriza pelo trabalho assalariado, no qual a maior parte da população vende sua força de trabalho em troca de remuneração. Essa dinâmica sustenta a produção e o consumo, pilares essenciais para o funcionamento do sistema.

Ao analisar o cenário global, observa-se que a maioria dos países adota o capitalismo, ainda que com diferentes níveis de intervenção estatal. Essa predominância levanta reflexões sobre eficiência, liberdade econômica e os desafios de equilibrar crescimento com justiça social.

embra
our viagens

Exclusivo para Associados
Sempre uma viagem inesquecível com
conforto, segurança e economia.



Porque PT, PSOL, PSTU, P.C.DO.B, PCB, PDT, UP, PSB, PV, Rede e PCO querem exterminar os militares das forças armadas de fome?

Reprodução

Reprodução



O SONHO DE TODOS OS SARGENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E GANHAR O SALÁRIO DOS SOLDADOS DO GOVERNADOR CAIADO

Soldado 1ª Classe do estado de Goiás:
cerca de
R\$ 10.277,56

Terceiro Sargento do Exército Brasileiro:
Soldo base:
R\$ 5.905,03

MAS O COMANDANTE GANHA MENOS QUE O COMANDADO.

RESPEITO, VALORIZAÇÃO E JUSTIÇA SALARIAL PARA QUEM MISSÃO CUMPRE!

O debate sobre o voto de militares e policiais em partidos de esquerda tem gerado questionamentos intensos no Brasil, especialmente entre profissionais da segurança pública que enxergam contradições entre propostas políticas e a realidade enfrentada diariamente nas corporações atuais hoje.

Críticos argumentam que siglas como PT, PSOL, PSTU e outras defendem políticas que, na prática, acabam prejudicando a estrutura das forças de segurança, seja por meio de cortes indiretos, falta de valorização ou medidas consideradas desfavoráveis ao exercício da profissão policial.

Nesse cenário, Goiás costuma ser citado como exceção positiva, principalmente pelo salário pago aos

soldados da Polícia Militar, que chega a R\$ 8.854,11, valor acima da média nacional e frequentemente apontado como exemplo de valorização profissional no setor público.

O governo estadual goiano, liderado por Ronaldo Caiado, tem recebido elogios de setores da segurança pública, que destacam investimentos consistentes, melhorias salariais e maior reconhecimento institucional, fatores que contribuem para elevar a moral da tropa e fortalecer a atuação policial.

Em contraste, estados como Pernambuco apresentam realidades bem diferentes, onde um policial militar recebe cerca de R\$ 5.055,00, valor considerado insuficiente diante dos riscos da profissão, da carga de trabalho e das demandas crescentes da segurança

pública contemporânea.

Outro ponto de insatisfação envolve a tributação, já que reajustes salariais pe- quenos acabam levando profissionais a pagar Imposto de Renda, mesmo quando o aumento real é mínimo, como casos de acréscimos próximos de R\$ 55,00, gerando indignação generalizada.

Comparações salariais também ampliam o debate, especialmente quando se observa que um sargento do Exército Brasileiro recebe aproximadamente R\$ 5.500,00, valor inferior ao de soldados da Polícia Militar em alguns estados, evidenciando distorções dentro das próprias forças.

Essa diferença chama atenção porque o sargento ocupa posição hierárquica superior, com mais responsabilidades,

comando de tropas e maior tempo de serviço, o que torna a disparidade ainda mais questionada por militares que defendem maior equilíbrio entre carreiras equivalentes.

Além disso, a progressão dentro das Forças Armadas exige anos de dedicação, cursos, avaliações rigorosas e operacional, enquanto, em alguns casos, a remuneração final ainda não acompanha a complexidade e o nível de assumido ao longo da carreira.

A Constituição Federal define as polícias militares como forças auxiliares e reserva do Exército, o que deveria implicar alinhamento estrutural e coerência salarial, mas, na prática, essa relação não se traduz em equilíbrio remuneratório entre as instituições envolvidas atualmente.

As funções das corporações também diferem, com a Polícia Militar focada no policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, enquanto os bombeiros atuam em resgates, salvamentos e combate a in-

cêndios, ambos essenciais para o funcionamento da sociedade.

Diante desse contexto, cresce entre militares a ideia de articulação nacional em torno de um projeto político que priorize a valorização da categoria, incluindo melhores salários, condições dignas de trabalho e reconhecimento proporcional às responsabilidades exercidas diariamente.

O nome de Ronaldo Caiado surge nesse debate como possível liderança nacional, sendo citado por representantes da segurança pública como exemplo de gestão, enquanto reuniões entre militares e lideranças buscam discutir a expansão de políticas adotadas em Goiás.

No centro dessa discussão está a busca por dignidade profissional, justiça salarial e respeito à hierarquia, temas que seguem mobilizando policiais e militares em todo o país, reforçando a necessidade de políticas públicas mais equilibradas e sustentáveis no longo prazo.

Só não pode ter aborto de ratos, diz PSOL

Reprodução

O debate político brasileiro voltou a ganhar intensidade após a divulgação de um projeto de lei que propõe a proibição da comercialização da chamada cola para ratos em todo o território nacional, levantando discussões amplas sobre saúde pública, direitos dos animais e prioridades governamentais.

A proposta foi apresentada pela deputada Duda Salabert, do PSOL de Minas Gerais, que utilizou suas redes sociais para explicar os motivos da iniciativa, destacando principalmente o sofrimento causado aos animais capturados por esse tipo de armadilha amplamente utilizada.

Segundo a parlamentar, a cola utilizada nesses dispositivos provoca uma morte lenta e dolorosa, fazendo com que os ratos permaneçam presos por longos períodos, muitas vezes agonizando por horas ou até dias, o que, em sua visão, caracteriza um método cruel.

Em suas declarações públicas, Duda Salabert reforçou que o problema da presença de ratos em áreas urbanas não deve ser tratado apenas com medidas paliativas, mas sim com soluções estruturais que envolvam melhorias no saneamento básico e na coleta de resíduos.

A deputada argumenta que a proliferação desses animais está diretamente ligada à falta de políticas públicas eficientes, especialmente em regiões onde o acúmulo de lixo e a ausência de infraestrutura sanitária criam ambientes propícios para a reprodução de pragas.

Ela também afirmou que permitir métodos considerados cruéis de controle de pragas representa uma falha



do poder público, que deveria priorizar ações preventivas e sustentáveis, garantindo melhores condições de saúde e higiene para toda a população.

A repercussão do projeto foi imediata, especialmente nas redes sociais, onde diferentes setores da sociedade passaram a discutir tanto os impactos da proposta quanto suas possíveis consequências práticas no cotidiano de residências e estabelecimentos comerciais.

Entre as vozes críticas, destacou-se o empresário Luciano Hang, que questionou quais alternativas seriam viáveis para substituir a cola de ratos, especialmente em locais onde há infestações frequentes e necessidade de controle rápido e eficiente.

Hang também aproveitou a discussão para ampliar o debate, citando problemas econômicos enfrentados pelo país, como inflação elevada,

carga tributária alta, aumento no preço dos combustíveis e redução do poder de compra da população brasileira.

O tema extrapolou o campo político e passou a envolver também profissionais da área da saúde, incluindo o médico Francisco Cardoso, ligado ao Conselho Federal de Medicina, que fez associações com outras pautas debatidas no cenário nacional.

Cardoso mencionou discussões jurídicas envolvendo o

Supremo Tribunal Federal, especialmente um caso relacionado a uma ação do PSOL que questiona normas sobre procedimentos médicos específicos, ampliando o contexto do debate para além da questão dos animais.

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu determinada resolução até julgamento definitivo, foi citada como exemplo de como temas sensíveis vêm sendo discutidos no país, gerando diferentes interpretações e posicionamentos entre grupos políticos.

Críticos do projeto afirmam que propostas como essa demonstram uma priorização de pautas consideradas secundárias, enquanto problemas como segurança pública, economia e bem-estar social ainda enfrentam desafios significativos em diversas regiões do Brasil.

Por outro lado, defensores da proposta argumentam que a proteção animal e a melhoria das condições sanitárias são partes fundamentais de uma política de saúde pública mais ampla, que busca soluções sustentáveis e éticas para problemas urbanos.

Nesse contexto, partidos como PT, PSOL, PSTU, PCdoB, PCB, Rede, PSB, PDT e PV são frequentemente citados por críticos como responsáveis por promover agendas que, segundo essas análises, estariam mais voltadas a questões ideológicas.

Ainda assim, apoiadores dessas legendas defendem que tais pautas fazem parte de um avanço social necessário, que inclui direitos dos animais, sustentabilidade e novas abordagens para problemas históricos das cidades brasileiras.



PODCAST
Fé em pauta

feempaltapodcast

— AQUI REALIZAMOS SONHOS —



DREAM CAR

Vendemos seu carro
em 30 minutos,
Charles Abreu o maior
vendedor de carros do Brasil

O deputado Bruno Peixoto destina R\$ 500 mil para a saúde de Caldas Novas

Reprodução



O deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Bruno Peixoto, destinou uma emenda parlamentar no valor de R\$ 500 mil para o município de Caldas Novas.

O anúncio da emenda foi realizado após reuniões e conversas entre lideranças locais e o presidente da Assembleia Legislativa. O recurso será destinado ao fortalecimento da

área da saúde do município, contribuindo para melhorias no atendimento da população e na estrutura dos serviços oferecidos à comunidade.

Os investimentos representam um importante avanço para Caldas Novas, que tem buscado constantemente melhorias para a população. O município, além de ser uma das cidades mais importantes do estado, recebe milhares de

turistas durante todo o ano, o que aumenta ainda mais a necessidade de investimentos em áreas essenciais, principalmente na saúde pública.

O presidente Bruno Peixoto, como sempre atencioso com a população de Caldas Novas, reforçou a importância de continuar investindo na cidade, que é a maior cidade turística do estado de Goiás e recebe milhares de pessoas

todos os anos. Por isso, é fundamental buscar cada vez mais investimentos para garantir mais qualidade de vida, saúde e dignidade para toda a população.

O advogado Dr. Ranieri Lopes também afirmou que continuará trabalhando com o deputado Bruno Peixoto e que será um fiscal do povo na utilização do recurso para

beneficiar a população.

Seguiremos firmes nesta missão de fiscalizar e buscar recursos com responsabilidade, coragem e compromisso, lutando todos os dias para conquistar mais investimentos, mais desenvolvimento, mais oportunidades e uma qualidade de vida cada vez melhor para toda a população de Caldas Novas.

Exército Conservadora Humanitário das Nações Igreja Apostólica Messiânica do Aformalar

A Igreja Apostólica Messiânica do Aformalar, também chamada de Exército Conservador Humanitário das Nações, apresenta uma proposta diferente das instituições religiosas tradicionais, eliminando a cobrança de dízimos, a necessidade de templos físicos e a obrigatoriedade de ofertas financeiras.

A iniciativa defende que a espiritualidade deve ser acessível a todos, sem barreiras econômicas, reforçando a ideia de que Deus não depende de dinheiro ou estruturas físicas para se manifestar, colocando o indivíduo como verdadeiro templo espiritual e centro da conexão divina.

Com base em passagens bíblicas, o movimento sustenta que Deus não habita em construções humanas, mas sim nas pessoas, destacando textos como Atos dos Apóstolos e Coríntios, que reforçam a presença divina no interior de cada indivíduo.

Outro ponto central é a rejeição à obrigatoriedade de contribuições financeiras, defendendo que doações devem ser voluntárias e feitas com alegria, sem imposição ou culpa, alinhando-se a ensinamentos bíblicos que criticam o apego excessivo ao dinheiro.

Além da proposta espiritual, a organização oferece

uma série de cursos voltados ao desenvolvimento pessoal e familiar, com foco em transformação prática, incluindo temas como reprogramação mental, liderança familiar, comunicação persuasiva e disciplina.

Os cursos possuem duração variada, geralmente entre noventa e cento e oitenta dias, e abordam também questões modernas, como o combate ao vício digital, educação emocional e construção de propósito de vida, buscando impactar diretamente a rotina dos participantes.

A proposta também enfatiza a importância da ajuda ao próximo, citando princípios

A CORRENTE DO BEM



Seja um Elo desta Corrente
a corrente messiânica *que une as pessoas*

VOCÊ QUER SABER COMO GANHAR DINHEIRO AJUDANDO PESSOAS

bíblicos que valorizam o cuidado com pessoas em situação de vulnerabilidade, como órfãos e viúvas, além da prática de compartilhar recursos de forma solidária.

Com discurso direto e provocativo, o movimento reforça que o dinheiro deve ser utilizado para o bem-estar pessoal

e familiar, defendendo uma fé mais prática, acessível e voltada para resultados, incluindo promessas de transformação, curas. Para quem deseja conhecer mais sobre a proposta, a organização informa atendimento pelo site www.exercitoconservador.com.br e pelo WhatsApp (61) 93300-4414.

Nem Hitler, Mussolini e Stalin tiveram tanto poder quanto Alexandre de Moraes no Brasil

Reprodução

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a aplicação da Lei da Dosimetria trouxe novamente ao centro do debate nacional a relação entre os poderes e seus limites institucionais no Brasil contemporâneo.

A medida interrompe os efeitos de uma legislação recente, aprovada pelo Congresso Nacional após a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reacendendo questionamentos sobre o equilíbrio entre decisões políticas e judiciais.

A Lei da Dosimetria previa a redução das penas aplicadas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023, episódio que marcou profundamente a política brasileira e gerou uma série de processos no Supremo Tribunal Federal.

No Congresso, a proposta contou com amplo apoio, sendo aprovada por 291 deputados federais e 48 senadores, o que reforçou a percepção de legitimidade política entre seus defensores e consolidou sua tramitação legislativa.

Apesar da aprovação expressiva, Moraes determinou a suspensão da norma até que o STF analise definitivamente as ações que questionam sua constitucionalidade, o que gerou repercussão imediata nos meios políticos e jurídicos.

A decisão foi anunciada no sábado, dia 9, e rapidamente provocou reações intensas de parlamentares, que passaram a questionar o papel do Judiciário diante de decisões aprovadas pelos representantes eleitos da população.

Entre os críticos, há o entendimento de que a vontade do Congresso deveria ser respeitada até o julgamento final da Corte, preservando o princípio da separação entre os poderes e a legitimidade do processo legislativo.

Juristas também se dividiram sobre o tema, com parte



defendendo a necessidade de cautela diante de possíveis inconstitucionalidades e outros apontando riscos de interferência excessiva do Judiciário em decisões políticas.

Nos bastidores de Brasília, a interpretação predominante foi de que a decisão do STF representou um recado direto ao Congresso, especialmente após a derrubada do veto presidencial, considerada um gesto de autonomia legislativa.

O clima político voltou a se intensificar, com líderes partidários articulando discursos e estratégias diante do que consideram uma possível escalada de tensão entre os poderes da República.

Defensores da decisão de

Moraes argumentam que a suspensão é necessária para garantir que a Constituição seja respeitada, evitando a aplicação de normas que possam comprometer princípios jurídicos fundamentais.

Para esses setores, o Supremo cumpre seu papel ao agir preventivamente, assegurando que leis potencialmente inconstitucionais não produzam efeitos antes de uma análise mais aprofundada.

Por outro lado, críticos veem na decisão um exemplo de ativismo judicial, apontando que o Judiciário estaria ultrapassando seus limites ao interferir em decisões tomadas por ampla maioria no Legislativo.

Esse debate não é novo, mas ganha novos contornos diante do contexto político atual, marcado por polarização e disputas institucionais frequentes entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A discussão sobre ativismo judicial tem sido recorrente no Brasil, especialmente em casos de grande repercussão política, como aqueles relacionados aos atos de 8 de janeiro e suas consequências jurídicas.

A suspensão da Lei da Dosimetria amplia esse debate, colocando em evidência a necessidade de definir com maior clareza os limites de atuação de cada poder dentro do sistema democrático brasileiro.

Enquanto o STF se prepara para julgar o mérito das ações, o Congresso acompanha atentamente os desdobramentos, avaliando possíveis respostas institucionais e políticas ao posicionamento da Corte.

O episódio evidencia a complexidade das relações entre os poderes e reforça a importância de mecanismos de equilíbrio que garantam tanto a autonomia quanto a cooperação entre as instituições.

Nos próximos meses, a decisão final do Supremo deverá influenciar não apenas os casos relacionados aos atos de janeiro, mas também o futuro das relações institucionais no país e o debate sobre o papel do Judiciário.